

## **CARTAS DE ARQUIVO UM PROJETO DE MEDIAÇÃO CULTURAL NOS 180 ANOS DO ARQUIVO NACIONAL**

### **Letters of archive**

A project of cultural mediation in Arquivo Nacional's 180 years

### **Cartas de archivo**

Un proyecto de mediación cultural en los 180 años del Arquivo Nacional

**LEONARDO AUGUSTO SILVA FONTES** | Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Servidor do Arquivo Nacional, lotado na Equipe de Processamento Técnico de Documentos Privados | [leonardo@an.gov.br](mailto:leonardo@an.gov.br)

**TULIO ALEXANDRE SAETA** | Graduado em História pela Universidade Santa Úrsula (USU), com pós-graduação em Estudos Clássicos pelo Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Servidor do Arquivo Nacional, lotado na Equipe de Processamento Técnico de Documentos Privados | [tulio@an.gov.br](mailto:tulio@an.gov.br)

### **RESUMO**

O artigo visa apresentar e discutir Cartas de Arquivo, projeto de mediação cultural bem-sucedido no Arquivo Nacional, lançado em comemoração aos 180 anos da instituição, em 2018. A iniciativa realizava, a cada mês, um vídeo em formato curta-metragem contendo a leitura dramatizada de uma carta pertencente ao acervo textual privado da instituição.

*Palavras-chave: cartas; arquivos privados; mediação cultural; Arquivo Nacional.*

### **ABSTRACT**

The article aims to present and discuss Cartas de Arquivo, a successful project of cultural mediation in Arquivo Nacional, launched in commemoration of the institution's 180 years in 2018. The initiative executed, monthly, a short-video with the dramatized reading of a letter belonging to the institution's private textual collection.

*Keywords: letters; private archives; cultural mediation; Arquivo Nacional.*

### **RESUMEN**

El artículo pretende presentar y discutir Cartas de Arquivo, proyecto de mediación cultural exitoso en Arquivo Nacional, lanzado en conmemoración a los 180 años de la institución, en 2018. La iniciativa realizó, mensualmente, un vídeo en formato cortometraje que contiene la lectura dramatizada de una carta perteneciente al acervo textual privado de la institución.

*Palabras-clave: cartas; archivos privados; mediación cultural; Arquivo Nacional.*

*Como foi que neste mundo alguém chegou à ideia de que pessoas podem se comunicar com outras através de cartas? Podemos pensar sobre uma pessoa distante, e podemos agarrar uma pessoa que está próxima – tudo o mais vai além da força humana. Escrever cartas, entretanto, significa desnudar-se diante do fantasma, algo pelo qual eles aguardam avidamente.*

Franz Kafka

O Arquivo Nacional lançou em seu aniversário de 180 anos, no dia 2 de janeiro de 2018, como parte das comemorações da efeméride, o projeto Cartas de Arquivo – em parceria com a Definitiva Cia. de Teatro e a produtora audiovisual VIA 78. A proposta era realizar, a cada mês (em um total de doze filmes),<sup>1</sup> um vídeo em formato curta-metragem contendo a leitura dramatizada de uma carta pertencente ao acervo textual do Arquivo Nacional – o maior da América Latina. O projeto envolveu um alto grau de transdisciplinaridade, por meio da participação de profissionais oriundos de campos distintos, como um meio de difundir a documentação de natureza privada do Arquivo Nacional, fazendo uso de estratégias de mediação cultural.

Os vídeos foram disponibilizados no canal do Arquivo Nacional no Youtube<sup>2</sup> e publicados no portal institucional e em outras mídias sociais da instituição (Instagram, Facebook, Twitter e Flickr). A companhia teatral selecionou e preparou um ator ou atriz para a leitura de cada carta e a produtora VIA 78 foi a responsável pela gravação e edição dos vídeos, enquanto a Equipe de Produção Cultural do Arquivo Nacional ficou à frente da produção e da logística das gravações. Os vídeos resultantes são breves, variando de quatro a 13 minutos, e contêm a leitura dramatizada propriamente dita, além de planos que procuram valorizar visualmente os espaços do Arquivo Nacional. Todas as leituras foram realizadas nas dependências da sede da instituição federal, situada em um conjunto arquitetônico neoclássico do século XIX, no Centro do Rio de Janeiro.

De janeiro a junho de 2018, foram produzidos e disponibilizados seis vídeos, contendo cartas dramatizadas de personagens os mais distintos da vida pública brasileira, desde o nobre francês Conde d’Eu, passando pelas líderes feministas Maria Lacerda de Moura e Amalaze Floripes (provavelmente, um pseudônimo), até o jornalista José Alberto Gueiros e o escritor Otto Lara Resende. O projeto foi finalizado em sua sexta edição com a ativista e ex-presa política Lúcia Velloso – essa última carta é lida por ela mesma.

O projeto Cartas de Arquivo foi inspirado em iniciativa do Instituto Moreira Salles (IMS)<sup>3</sup> e teve como objetivo proporcionar ao público em geral, à comunidade de pesquisadores,

---

1 O projeto teve apenas seis edições, sendo interrompido em julho de 2018, a partir de mudanças promovidas pela Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental (Coace) na Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (Coped).

2 Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLQatXEugAYdcSSZLHAZTt0ECVA53tnay0>>.

3 Disponível em: <<https://www.correioims.com.br/carta/uma-coroa-um-trono-e-um-berco/>>. Produzido em 2015. O IMS não produziu outros vídeos com leitura dramatizada. Também não encontramos outra instituição arquivística que tenha levado projeto similar adiante.

aos estudantes e às entidades culturais uma série audiovisual de referência sobre o acervo e a instituição, com a devida contextualização histórica (elaborada pela Equipe de Pesquisa para Difusão do Acervo do Arquivo Nacional) e a disponibilização em alta resolução de cada carta digitalizada no perfil da instituição no Flickr (pela então Equipe de Mídias Sociais). Uma estratégia integrada e bem-sucedida de difusão do acervo.

Cartas de Arquivo pode também ser considerado um projeto de mediação cultural, tendo como objetivo final aproximar o público do acervo documental do Arquivo Nacional – sendo uma de suas principais missões:

A função dos arquivos públicos não implica apenas na questão da guarda e preservação dos documentos, mas também em dar acesso a essa documentação. O processo de organização e gestão do acervo só faz sentido se conseguir cumprir a sua missão de chegar ao usuário. Nessa perspectiva, é preciso que os arquivos públicos planejem ações efetivas para atender as demandas dos usuários. O marketing, a difusão, a ação cultural e a mediação cultural são instrumentos que podem ser utilizados pelas instituições arquivísticas para alcançar esse objetivo, sendo, portanto, necessária a compreensão desses termos a partir de uma análise de como essas ações são caracterizadas. (Venancio; Vaz, 2018, p. 1)

Sobre essa discussão conceitual, Bellotto diz que podemos dividir o processo de difusão em arquivos em três modelos: “difusão educativa, voltada ao público escolar; difusão editorial, voltada à criação de materiais para divulgação dos serviços; e difusão cultural, voltada ao desenvolvimento de diferentes projetos culturais” (Bellotto, 2004, p. 12).

Aldabalde e Rodrigues afirmam que “ainda não há consenso nem sequer acerca da difusão como uma das funções básicas do arquivo, não é contraditório observar a ausência de debates sobre mediação cultural” (Aldabalde; Rodrigues, 2015, p. 256). Ainda assim, os autores estabelecem uma diferenciação entre difusão e mediação cultural, com a qual concordamos:

Difusão é o processo cujo objeto é a informação que segue uma dinâmica emissiva em relação ao público para o qual se dirige, numa estratégia de transmissão cujo objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços, tais como publicação de instrumentos de pesquisa on-line, serviço de referência, atendimento por e-mail e serviço reprográfico. Já a *mediação cultural* é o processo cujo objeto é a cultura dirigida com uma dinâmica interativa em relação ao público, para o qual se volta a estratégia da construção, com o objetivo de promover a democratização e a democracia cultural, resultando em produtos e serviços tais como a *produção audiovisual*, efeméride histórica, recital, mesa-redonda, mostra de arte, oficina e concerto. (Aldabalde; Rodrigues, 2015, p. 256, grifo nosso)

O projeto Cartas de Arquivo mesclou, portanto, a produção audiovisual com a efeméride histórica, sendo um exemplo claro de mediação cultural em arquivos. Ressalta-se que a mediação cultural enseja e propicia novos significados e formas de execução na sociedade

da informação atual, sendo um processo que aproxima o público e os acervos mediados; no caso do projeto, ainda se incluiu o teatro em diálogo com o cinema. Resultou, assim, em uma produção audiovisual que democratiza, estimula e torna mais atrativo o acesso ao documento de arquivo por meio das artes:

Anne Rousseau versa sobre a mediação cultural no âmbito da associação entre arquivo e a criação artística. Para a autora, os artistas no campo da arte contemporânea, por exemplo, conseguem desenvolver projetos destinados a aumentar a conscientização do público sobre o processo criativo e sobre os arquivos. Ela nota que a execução de projetos culturais com ações artísticas inclui o material do arquivo e um campo estético (artes visuais, artes cênicas, literatura) como uma forma do público entrar em contato com arquivo de maneira diferente, ou seja, a partir de uma perspectiva da intuição e da imaginação. (Aldabalde, 2015, p. 75)

O Arquivo Nacional possui vasta experiência no âmbito da difusão, tendo publicado livros desde 1886,<sup>4</sup> realizado exposições desde o ano de 1989<sup>5</sup> e inaugurado seus festivais de cinema de arquivo em 2002, com o REcine – Festival Internacional de Cinema de Arquivo. O órgão tem, inclusive, uma coordenação estruturada regimentalmente para esse fim – a hoje nomeada Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (Coped), que conta com as seguintes competências (Brasil, 2011):

III - planejar, coordenar e realizar pesquisas histórico-culturais visando a difusão do acervo por meio de publicações, exposições, bases de dados, filmes e vídeos, sítios eletrônicos e outras mídias que incidam sobre qualquer conjunto documental sob a guarda do Arquivo Nacional e o apoio às suas atividades técnicas;

IV - conceber e organizar seminários e mesas-redondas vinculadas às iniciativas da coordenação;

V - conceber e planejar programa de caráter pedagógico complementar à montagem de exposições e ao desenvolvimento de sítios eletrônicos e outras ações de difusão do acervo;

VI - executar a programação editorial, com preparação de originais e supervisão dos trabalhos de revisão e editoração.

---

4 “A produção editorial do Arquivo Nacional teve início quase cinquenta anos após seu estabelecimento na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em 1838. Foi apenas em 1886 que a instituição lançou seu primeiro livro, o *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Público do Império*, volume I, das então chamadas Publicações do Arquivo Público do Império. A produção editorial do Arquivo, assim, se iniciava tendo como veículo uma série, ou, pelo menos, uma rubrica que deveria abrigar a divulgação dos documentos mais importantes da história pátria” (Lourenço, 2014, p. 12).

5 Em 1989, houve a primeira exposição com narrativa expográfica do Arquivo Nacional: “a exposição comemorativa do ano de 1789 na França e no Brasil, intitulada ‘Natureza, razão e liberdade – quatro séculos de memória’” (Heynemann, 2009, p. 215). Essa exposição ocorreu no Paço Imperial e teve curadoria de Luciano Raposo Figueiredo.

Como se vê, os três modelos citados por Bellotto estavam previstos no regimento vigente do Arquivo Nacional; entretanto, as ações de difusão cultural eram pulverizadas entre distintas equipes e não havia uma equipe estruturada, voltada para a educação patrimonial em arquivos. No segundo semestre de 2017, durante a gestão de Diego Barbosa da Silva na direção-geral e de Leonardo Augusto Silva Fontes na Coped, houve uma mudança institucional na nomenclatura dessa coordenação, deixando mais claro seu caráter educativo: Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (Brasil, 2017). Nesse momento, foram estruturadas uma Equipe de Educação em Arquivos<sup>6</sup> e uma Equipe de Produção Cultural,<sup>7</sup> subordinadas à Coped. Esta era então liderada por Tulio Alexandre Saeta<sup>8</sup> e tem como uma de suas competências:

IX) Propor, organizar e promover ações relacionadas à produção cultural no Arquivo Nacional, ressaltando a importância da instituição como equipamento cultural multiuso, em articulação a práticas de difusão e mediação cultural em arquivos;

Cabe ressaltar que a Equipe de Produção Cultural é uma área nova:<sup>9</sup>

criada a partir do antigo setor de Promoção Institucional e atende a uma demanda da sociedade civil, apresentada no Plano Nacional de Cultura, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Cultural e pelo Congresso Nacional (Lei n. 12.343/2010), que reconhece arquivos, museus e bibliotecas como equipamentos culturais [...]. A Produção Cultural vai pensar a gestão da programação cultural da instituição, trazendo o teatro, a música, o cinema e a dança para o AN, além de lançar editais de ocupação artística para democratizar a utilização do espaço público ocioso aqui na instituição. (Entrevista..., 2017)

Desse modo, percebe-se um claro direcionamento da instituição no sentido de integrar as iniciativas de difusão e mediação cultural aliadas à educação patrimonial e pesquisa histórico-social para difusão do acervo:

A relação arquivo e sociedade deve ser estabelecida neste sentido, colocando o arquivo na posição de algo “culturalmente útil”. Essa compreensão por parte da sociedade poderá

---

6 “A equipe de Educação em Arquivos do Arquivo Nacional, criada em 2017, tem a missão de apresentar ao público suas atividades e seus acervos, mostrando como os documentos de arquivo são parte integrante do patrimônio e memória do país” (Educação em arquivos, 2017).

7 Portaria n. 287, de 4 de julho de 2017, publicada no Boletim Interno Especial n. 14/2017 do Arquivo Nacional em 7 de julho de 2017.

8 À época do projeto Cartas de Arquivo, a equipe era composta, além do supervisor, pelos servidores Josimar Matos de Carvalho Karina Gomes Augusto de Araújo, Patrícia Conceição Romeu da Fonseca, Rafaelle Nicola Laranja Mandosio e Sylvana Cotrim Lobo.

9 Entrevista realizada em março de 2017 pela Assessoria de Comunicação Social do Arquivo Nacional com Diego Barbosa da Silva, então Coordenador-geral de Acesso e Difusão Documental do Arquivo Nacional.

ser estabelecida por meio de ações conjuntas, buscando unir esforços da educação e da cultura, pelo entendimento e consequente valorização de um patrimônio cultural. Patrimônio este que deve ser visto como parte na construção social do sujeito (Venancio; Vaz, 2018, p. 9).

Algumas ações nesse sentido podem ser destacadas, como o próprio Cartas de Arquivo, a Semana Nacional de Arquivos<sup>10</sup> e o evento mensal Arquivo em Prosa,<sup>11</sup> todos liderados pela Equipe de Produção Cultural da instituição. A primeira edição deste último evento, em 28 de setembro de 2017, foi justamente sobre a difusão cultural e educativa nos arquivos:

A primeira palestrante do “Arquivo em Prosa” foi a professora Rosimere Cabral, da Universidade Federal Fluminense, que esclareceu a importância da produção cultural no Arquivo Nacional: “este evento tem como intuito discutir as questões que envolvem as dimensões culturais e educativas que o arquivo pode desempenhar, além de sua atuação, já muito bem sedimentada, que diz respeito à custódia e à preservação das informações produzidas pela administração pública. Esse é o momento de ampliarmos os usos do arquivo público para além de suas funções primordiais, que são essenciais à administração pública [...]. (Arquivo em Prosa..., 2017)

Essa visão institucional estava alinhada com o que a professora Rosimere Cabral já havia defendido em seu artigo “Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa”, publicado na revista *Acervo* dedicada ao tema “Difusão cultural em arquivos”, em 2012, onde defendia a abertura dos arquivos para a fruição educativa e cultural dos cidadãos a partir do entendimento de sua função pelas instituições e seus profissionais:

Percebe-se que uma política institucional que trabalhe com serviço educativo bem estruturado com as escolas e seus currículos, *ações culturais voltadas a públicos variados, com base nos fundos documentais das instituições arquivísticas* e dos que podem ser criados pelas atividades desenvolvidas, proporcionariam uma guinada na visibilidade dos arquivos e arquivistas junto ao público em geral, aumentando a visitação. (Cabral, 2012, p. 42, grifo nosso)

---

10 “A Semana é uma temporada de eventos em arquivos e outras instituições de memória de todo o país. Seu objetivo é aproximar essas instituições da sociedade e divulgar os valiosos trabalhos nelas desenvolvidos. [...] Ela aproxima os arquivos da sociedade, atuando como um instrumento facilitador do acesso à informação, de modo a apoiar o cidadão na defesa de seus direitos e a incentivar a produção de conhecimento científico e cultural – uma das funções dos arquivos. Ademais, a Semana enfatiza a potencialidade dos arquivos como equipamentos culturais” (Desenhando arquivos, 2019).

11 “O evento será mensal e tem como objetivo realizar a difusão cultural e educativa em arquivos, através de palestras ministradas por convidados especialistas em temas vinculados à relação dos arquivos nas áreas da cultura, literatura e artes. Também serão abordados assuntos como preservação, paleografia e educação patrimonial” (Arquivo em Prosa..., 2017).

Uma dessas ações culturais pode ser representada com o caso do projeto Cartas de Arquivo, que mediou a relação do público com parte do acervo do Arquivo Nacional, chamando a atenção sobre a sua relevância histórica e ao mesmo tempo agregando aspectos audiovisuais e dramáticos que pudessem tornar os documentos mais atraentes junto aos seus potenciais espectadores. Isso está diretamente relacionado às já mencionadas transformações institucionais.

A resposta do público ao projeto foi bastante positiva, sendo recorrentemente ressaltado seu caráter inovador, por reunir elementos da preservação do patrimônio histórico, com o teatro e o audiovisual. Os seis vídeos somados possuem cerca de dez mil visualizações no Youtube, conforme tabela abaixo:<sup>12</sup>

<b>Edição</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Visualizações no Youtube</b>	<b>Alcance no Facebook</b>	<b>Acessos ao portal</b>	<b>Visualizações no Flickr</b>
1) Conde d'Eu se despede dos brasileiros	2 jan. 2018	3.639	31.942	2.544	1.011
2) Maria Lacerda Dias de Moura para Fabio Luz	23 fev. 2018	1.620	9.040	1.328	728
3) Amazile Floripes para Bertha Lutz	29 mar. 2018	689	7.768	954	771
4) Otto Lara Resende para Mário Lago	30 abr. 2018	1.000	4.487	-	485
5) José Alberto Gueiros para José Amádio	5 jun. 2018	467	1.909	446	537
6) Lúcia Velloso Maurício à irmã Heloísa	16 jul. 2018	3.533	2.417	479	585
<b>TOTAL</b>		<b>10.948</b>	<b>57.563</b>	<b>5.751</b>	<b>4.117</b>

No caso do portal do Arquivo Nacional, as publicações sobre o projeto receberam mais de seis mil acessos.<sup>13</sup> No Facebook, as postagens tiveram um alcance de quase sessenta mil pessoas. A primeira edição, pela novidade e impacto do projeto, foi a que obteve maior repercussão em todas as plataformas. No Flickr, mais de quatro mil acessos.

Entretanto, não são apenas os números que reverberam a importância desse projeto no âmbito do Arquivo Nacional e dos arquivos. Por ser um projeto de mediação cultural, Cartas de Arquivo é uma tentativa de criar uma ponte mais sólida entre o público e alguns

<sup>12</sup> Dados referentes ao Youtube obtidos na própria plataforma, em 5 de agosto de 2019. Visualizações do Flickr obtidas na rede social, em 2 de julho de 2018. Os dados do portal e do Facebook foram fornecidos pela Assessoria de Comunicação (Ascom) do Arquivo Nacional, referentes a 26 de dezembro de 2018.

<sup>13</sup> Acrescidos das visualizações do link sobre o projeto no portal do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/cartas-de-arquivo.html>>.

documentos de grande valor histórico e cultural: os arquivos privados – os quais, nas estratégias mais tradicionais de difusão de acervo, costumam ter pouca visibilidade. O projeto possui um forte caráter de inovação, não só por fazer uso da arte e de métodos pouco usuais de difusão de acervos arquivísticos, mas também por envolver uma equipe multidisciplinar, contando com profissionais egressos de áreas distintas, como o teatro, o cinema, a filosofia, a história e a arquivologia.

Essa diversidade, que é marca distintiva do projeto, foi estratégica no sentido de atingir novas abordagens e diferentes maneiras de difundir o acervo em questão: o de natureza privada. O Arquivo Nacional recebe acervos privados desde 1850<sup>14</sup> e possui atualmente 305 conjuntos documentais privados de grande variedade. “São documentos produzidos desde o século XVII aos dias atuais, doados por personalidades brasileiras, como políticos, artistas e intelectuais, ou ainda por instituições, como forma de preservar a memória nacional” (Acervos..., 2017). Cabe destacar que a teoria arquivística tradicional consagrou:

a distinção dos arquivos segundo a natureza – pública ou privada – da entidade que os acumulou, criando, assim, duas categorias para designá-los e caracterizá-los. De um lado, os “arquivos públicos”, constituídos no curso das atividades dos órgãos ligados à administração pública. De outro, os chamados “arquivos privados”, abarcando tanto os conjuntos de documentos produzidos por instituições de direito privado quanto aqueles acumulados por indivíduos e famílias. (Campos, 2016, p. 6)

## **ARQUIVOS PRIVADOS NO ARQUIVO NACIONAL**

A missão do Arquivo Nacional é recolher, preservar e dar acesso à documentação permanente do Poder Executivo Federal; além disso, a instituição guarda milhares de fotografias, cartas, recortes de jornais, bilhetes, cadernos de anotações, condecorações, prêmios, relatos de pesquisa, discursos e pronunciamentos, além de coleções de livros, discos e filmes – provenientes de empresas privadas, famílias, produtoras cinematográficas e personalidades da política, da ciência e da cultura brasileira, recebidos por meio de doação. Embora em alguns desses acervos constem documentos probatórios, a principal relevância é histórico-social, em especial no que revelam da vida privada e não oficial:

Dentro dos fundos e coleções privados, há também muitos documentos públicos, mas não é somente por isso que esse tipo de acervo é relevante. Diferentemente das aparentes oficialidade e monumentalidade dos documentos públicos, os documentos privados são em sua maioria fontes não oficiais que podem servir à historiografia de modo a

---

14 Ver: <[http://an/sian/Multinivel/Exibe\\_Pesquisa\\_Reduzida.asp?v\\_CodReferencia\\_ID=1551](http://an/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1551)>. “O primeiro acervo privado a ser oficialmente adquirido pelo Arquivo Nacional é o do Visconde de Cairu, através de uma doação em 1850 (apenas doze anos após a criação do Arquivo Público do Império)” (Dias; Fontes, 2013, p. 48).



colaborar com o dinamismo científico-tecnológico dessas áreas. Entretanto, sua suposta “espontaneidade” também pode ser apenas aparente. Há uma extensa bibliografia sobre a importância desse tipo de documentação para a História e para a Arquivologia, que traz diferentes desafios metodológicos e epistemológicos para as duas áreas e cria, igualmente, pontes de saber entre elas. (Dias; Fontes, 2013, p. 54)

Como não havia uma política de acervo normalizada no Arquivo Nacional, em 2012 foi criado o Grupo de Trabalho de Política de Acervo, que não conseguiu finalizá-la. Em 2017, esse grupo foi recriado e o trabalho começou a partir da publicação da portaria 477, de 11 de outubro 2017. Em 13 de março de 2018, foi instituída formalmente a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional, criada por técnicos da instituição.<sup>15</sup>

Essa normatização consolida o reconhecimento e a importância dos acervos privados para a instituição e ilumina a discussão sobre o interesse público e social desse tipo de documentação, que vem ocorrendo também no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), cuja Câmara Setorial sobre Arquivos Privados tem por finalidade estabelecer diretrizes e estratégias para a identificação desses acervos, com vistas a sua declaração de interesse público e social e ao recenseamento desses conjuntos documentais.<sup>16</sup>

Dessas discussões resultou a resolução 17, de 25 de julho de 2003, que dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. A referida resolução tem como um de seus pressupostos que a declaração de interesse público e social de arquivos privados “reflete a ação do Estado visando a sua preservação pelo seu valor histórico, probatório e informativo” (Brasil, 2003).

Dessa forma, fica claro que esses arquivos merecem estar preservados em instituições públicas, inclusive os pessoais: “com a criação do Conarq e o estabelecimento da declaração de interesse público e social, a questão da patrimonialização de arquivos privados ganha espaço próprio” (Molina, 2013, p. 59).

Há diversas especificidades nesses arquivos e deve-se destacar seu lugar e importância em uma instituição pública de custódia do porte do Arquivo Nacional. Sua proveniência certamente difere da documentação administrativa e é aí que residem seus encantos e os desafios teórico-metodológicos, inclusive no campo da mediação cultural:

---

15 “Com a portaria, o Arquivo Nacional passa a formalizar os critérios para receber ou recusar o recebimento de documentos privados. Compreendem-se como objeto para a aquisição de arquivos e coleções de natureza privada os conjuntos provenientes de pessoa, família ou entidade coletiva de direito privado, produzidos em diferentes suportes, assim como aqueles produzidos em ambiente digital, no Brasil e/ou no exterior. Dentre os critérios adotados na política de aquisição estão: a doação como forma de entrada; a relevância para a história e a cultura do país, contribuindo para a contextualização de distintos processos e períodos históricos; a pertinência dos documentos ao conjunto em que estejam inseridos, buscando observar o princípio da organicidade, o caráter original dos documentos e o estado de conservação dos documentos, que devem estar legíveis e/ou passíveis de recuperação” (Conheça..., 2018).

16 Ver : <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/csap.html>>.

a formação de um arquivo pessoal pressupõe um conjunto complexo de fatores que vão desde o eventual desejo de construção de certa memória por parte de seu titular e seu círculo à trajetória do espólio *post mortem* (o que inclui a trajetória de inventário, doação ou compra etc.), bem como a sua eventual incorporação em uma instituição de guarda. (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 110)

Ao profissional de arquivo e aos usuários de seus acervos, cabe lembrar que essa documentação não está isenta de artificialidade e intenções subjacentes:

Se o processo de constituição de um arquivo está relacionado com os próprios processos de consagração e de desejo de memória do seu titular ainda atuante, cabe à teoria e história da historiografia assumir o desafio hermenêutico de pesquisas de maior abrangência e articuladas em dois planos temporais entrecruzados: a evolução cronológica do pensamento e sociabilidade de determinado autor e sua rede, em contraposição ao desafio retrospectivo de se compreender como determinadas interpretações foram se cristalizando ao longo do tempo, informando a imagem que nos foi historicamente produzida sobre autores e temas. (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 112)

O contexto social de produção de uma carta importa tanto quanto o de um decreto, ao se considerá-los documentos de arquivo. Ainda que revestido de um sentimento pessoal e, geralmente, escrito com características que lhe conferem intimidade, unicidade e até mesmo poesia, as cartas de arquivo também são em muitos casos escritas para sempre – isso quer dizer, seus autores são sabedores de sua relevância social e da possibilidade de que esses textos pudessem vir à tona publicamente um dia.

Terry Cook defende que entre esses dois tipos de arquivos, “o público e o pessoal, o oficial e o individual, existe em muitos países uma divisão incômoda, ou mesmo uma tensão”. Uma exceção seria o Canadá, onde vigora o conceito de “arquivos totais” e “tais papéis pessoais são ativamente e agressivamente procurados pelos arquivistas, além dos documentos ou arquivos oficiais” (Cook, 1998, p. 130).

Trata-se de documentação não produzida pelo poder público, mas que quando possui interesse público e social, deve ser preservada – inclusive em arquivos públicos. Cabe lembrar que o poder público no Brasil é aquele que tem mais condições de preservar nosso patrimônio documental. Os arquivos privados contam um lado da história que os documentos públicos não contam. Em clássico texto sobre o tema, Prochasson diz que

o interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas. Dois fatores, ligados aliás um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de

observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas. (Prochasson, 1998, p. 110-111)

A partir da revolução historiográfica promovida pela Escola dos Annales nos anos 1930, os documentos privados adquiriram estatuto de fonte histórica. Importante lembrar que se distinguem “os acervos pessoais dos arquivos privados, que podem revelar uma instituição, e, também, dos acervos familiares, que supõem, geralmente, uma transmissão entre várias gerações” (Graebin; Penna, 2010, p. 123). Arquivos pessoais podem alcançar a memória coletiva e se tornar o registro de uma época.

Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. Essa é uma das razões que justificam o interesse público em sua preservação e acesso em arquivos públicos. (Cook, 1998, p. 143)

Ainda assim, alguns desafios no tratamento e difusão desses acervos se colocam:

Ocorre que a maioria dos documentos pessoais somente chega a uma instituição após a morte do indivíduo. Dessa forma, quase sempre a ordem original é alterada e cartas, fotos e bilhetes relacionados ao indivíduo são incluídos na doação. Fica difícil, então, manter uma divisão rígida entre acervos pessoais, arquivos particulares e acervos familiares. (Graebin; Penna, 2010, p. 124)

Utilizando documentação dos acervos privados como fontes históricas, pode-se “desmistificar o acontecimento pronto e acabado, que sempre compõe uma imagem que ambiciona abranger a totalidade do processo, devendo ser decomposto para denunciar aos espectadores o arbítrio de sua construção” (Graebin; Penna, 2010, p. 124).

Cabe lembrar que arquivos pessoais são arquivos de vivência. E nada mais íntimo e privado que uma correspondência: as cartas de arquivo. Por isso, inclusive, que esse foi escolhido o título do projeto que procurou dar nova vida à documentação epistolar privada do Arquivo Nacional. Uma leitura mais apurada dos acervos privados mostra “redes de sociabilidade, esboçadas através da prática de relacionamento pessoal, social e político marcado nas cartas, bilhetes e anotações. São indícios de acontecimentos, trocas intelectuais e práticas políticas” (Graebin; Penna, 2010, p. 130).

Na documentação oficial (como em decretos e atos institucionais), é mais difícil encontrar esse tipo de vocação artística e literária, sendo essa uma das razões pela escolha das cartas de arquivo para servir de fonte para esse projeto de mediação cultural do Arquivo

Nacional. Quer dizer, a distância espaço-temporal entre a carta escrita e sua leitura dramatizada, décadas depois, produz novos efeitos e sentidos:

intensificam-se as discussões sobre a sua utilização e análise, com a constituição de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de acervos privados. Estes atuam tanto como fontes alternativas, como constituem fundamentos e indicam rumos de pesquisa não encontráveis em outros documentos, dependendo do enfoque escolhido pelo pesquisador. Podem ser utilizados como fonte principal caso a opção seja realizar uma “história de vida” ou podem dialogar com outras fontes para reforçar, criticar ou subsidiar determinados aspectos. (Graebin; Penna, 2010, p. 123)

Não se pode deixar de ressaltar que nos últimos anos ganhou força, tanto na história quanto na arquivologia, a ideia de que não apenas grandes personalidades são produtoras de arquivo cujas memórias devam ser preservadas:

Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores que a cada dia se debruçam sobre o estudo acerca de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes. No entanto, a construção desse tipo de arquivo não é privilégio apenas de pessoas com passados representativos. Produzimos e acumulamos informação dando origem a documentos guardados e organizados para um futuro próximo ou não. (Pontes, 2015, p. 105)

Arquivar documentos é uma tentativa de se arquivar a própria vida. E, no caso das cartas de arquivo, essa vida pode ser revivida por meio de novas leituras e dramatizações.

## **POTÊNCIA ARTÍSTICO-CULTURAL DAS CARTAS DE ARQUIVO**

O projeto se baseou em arquivos pessoais justamente pelo caráter afetivo das cartas, que possuem linguagem emotiva e menos dura que os documentos oficiais. Segundo o filósofo Michel Foucault, a carta é uma constituição de narrativa de si: “algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro”, porque “ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros” (Foucault, 1992).

Por meio das cartas, podem-se depreender questões maiores – tanto individuais quanto coletivas –, até mesmo existenciais:

Uma vida não se conta. Ela se recolhe, se pulveriza, busca se reconstruir ou se dissolve em algum modo como flui o tempo, como flui um rio até o mar. Uma vida que se pretende contar já surge como fragmento antes mesmo da intenção, pois o passado é também uma forma extraviada de vida, onde recolhemos os vestígios de uma história para dar-lhes

outro sentido, inteligível, fulgurante e real. Em uma edição de cartas, em que mais de uma vida se entrecruza, essa fragmentação se amplia e oferece um olhar prismático tanto sobre os missivistas quanto sobre o contexto em que estão inseridos. (Neves, 2017, p. 1)

Mas como definir uma carta e, por extenso, o gênero epistolar? Eliane Vasconcellos traz um panorama a ser apreciado: a carta aproxima os ausentes e é “caracterizada pela espontaneidade e, teoricamente, sem intuito de alcançar posteridade. Alguns autores publicam-nas em vida, como Paul Claudel e André Gide, isto porque sua função vai além do ato da escrita e da recepção” (Vasconcellos, 2008, p. 382).

Uma carta envolve, portanto, múltiplos agentes (autor, enunciado, destinatário e circulação), significados e apropriações. Quando se transforma em documento de arquivo, a carta não perde seu caráter pessoal e dramático; ao contrário: a carta, no “campo semântico da representação teatral, coloca ‘personagens’ em ‘cena’, pois o remetente assume ‘papéis’, ajusta ‘máscaras’ em seu rosto, reinventando-se diante de seus destinatários com objetivos afetivos ou práticos definidos” (Moraes, 2008, p. 8).

Ao escrever uma carta, muitos autores incorporam personas, visando seu destinatário. Vasconcellos lembra que o caráter de sigilo das cartas predominou durante grande parte da história, tornando-se fonte de estudos históricos mais recentemente:

Durante muito tempo, a correspondência permaneceu sepultada nos arquivos públicos ou privados e recentemente passou a ter valor como fonte primária. Os pesquisadores têm-se conscientizado de que podem encontrar nela dados relevantes, além de ser um importante documento para revelar o processo criativo. Não é sem razão que os atuais estudos de crítica genética se valem cada vez mais da escrita epistolar como forma de desvendar as particularidades da criação literária. (Vasconcellos, 2008, p. 382)

O potencial artístico-literário das cartas de arquivo é, assim, evidente: “pensar na amplitude assumida pela dimensão cênico-dramática das cartas [...] a própria carta como instância cênica, ensejada pela natureza do gênero epistolar, na medida em que faz uso de estratégias que a revestem de portadora de certa verdade” (Neves, 2017, p. 1).

Ainda mais aquelas escritas por figuras públicas e letradas. Questões éticas sobre a divulgação e difusão desse material epistolar sempre foram colocadas em voga. Philippe Lejeune, no livro *Pour l'autobiographie* (1998), escreveu a crônica “A quem pertence uma carta”, que traz a reflexão: a carta é do autor ou do destinatário? Eliane Vasconcellos afirma que “a carta pertence ao destinatário, cabendo a ele decidir qual o destino do documento: ler e destruir ou guardar, deixando-as para a posteridade, delegando aos herdeiros a defesa da reputação do morto” (Vasconcellos, 2008, p. 381).

Como documentos de arquivo, devem ser colocadas em série ao lado de outras cartas – o que nos fundos e coleções arquivísticas costuma dar origem à série “correspondência” – e lembrando-se de atentar para seu local de produção e de “desconfiar sempre da sinceridade epistolar” (Vasconcellos, 2008, p. 381).

Não se buscam nas cartas de arquivo apenas informações pessoais e da vida privada de seus autores, mas, a partir do momento em que são institucionalizadas e difundidas como documentos arquivísticos, elas ganham visibilidade e relevância social. Caso permanecessem privadas, não teriam impacto social e nem se conheceria a visão de mundo de seu autor sobre determinada época, assunto ou pessoa:

Considerando seu caráter de “documento expressivo”, volta-se o olhar sobre a carta esperando que o seu conteúdo traga informações e/ou novidades acerca do cotidiano e da vida política, de questões socioculturais e literárias, composto também pela “escrita de si”, com informações pessoais, reflexões e expressões de sentimentos, servindo, na linha foucaultiana, de coincidência do olhar do outro e daquele que se volve para si próprio simultaneamente para um e para o outro, independente do objetivo da carta. (Kohlrausch, 2015, p. 150-151)

Na arquivologia e na história contemporâneas, os acervos privados ganham cada dia mais importância como objetos de estudos. Normalmente associados à natureza administrativa, os documentos de arquivo podem incluir também as missivas pessoais:

no campo da arquivologia, podemos encontrar uma certa restrição no conceito de documento arquivístico, tendo este algumas peculiaridades, inclusive a ideia de que deve haver neles uma natureza administrativa, entretanto, sabendo da multiplicidade dos conceitos e tendo as cartas como elemento de informação, é passível que ela seja incluída também como documento no sentido amplo e arquivístico. (Cordeiro; Dias; Horta, 2018, p. 5)

## AS CARTAS DE ARQUIVO

Todos esses fatores relacionados à cultura arquivística foram pensados na elaboração e execução do projeto Cartas de Arquivo, ao se estabelecer a contextualização histórica de cada missiva teatralizada e gravada e a disponibilização de seu original em alta resolução no Flickr.<sup>17</sup> Na primeira edição, foi dramatizada uma mensagem já com objetivo de ser publicizada. No caso, a despedida de Conde D’eu aos brasileiros, a bordo do cruzador Parnaíba, no ancoradouro de Ilha Grande, em 17 de novembro de 1889.<sup>18</sup>

Já a segunda edição trouxe uma carta escrita provavelmente para se manter privada: de Maria Lacerda Dias Moura, uma importante representante do movimento anarquista, para Fábio Luz, contendo considerações sobre o anarquismo, durante o período em que ele es-

---

17 Ver: <<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/albums/72157663839354298>>.

18 Este documento faz parte do Fundo Família Vieira Tosta, ainda em fase de tratamento técnico. Quando finalizado, será disponibilizado para consulta. Um trecho dessa carta mostra o profundo pesar do autor em ter que sair do Brasil: “[...] a todos os brasileiros em geral um saudosíssimo adeus e a minha mui cordeal gratidão. Não guardo rancor de ninguém e não me acusa a consciência de ter cientemente a ninguém feito mal [...]”.

teve preso. Porém, seu conteúdo histórico e analítico é tão expressivo, que sua difusão se faz necessária – ainda mais nos dias atuais. Parte do Fundo Fábio Luz, a missiva tem um tom bastante polemista.

A Equipe de Pesquisa para Difusão do Acervo do Arquivo Nacional, responsável pela pesquisa em acervo, transcrição e contextualização histórica, ressaltou que a autora, “por seu posicionamento transgressor e investidas contra os valores fundamentais da sociedade burguesa, foi criticada e atacada, tornando-se, segundo sua biógrafa Míriam Leite, ‘indesejada e indigna de ser lembrada’” (Cartas..., 2018b). Entender sua biografia é entender, por exemplo, quando ela escreve em sua carta:

Inúteis, improficuas as reformas burguesas –, mas, se o mundo está nas mãos dos burgueses e o povo não está preparado para a revolução social e essa revolução não é talvez para os nossos dias ou pelo menos não dará o resultado desejado em os nossos dias?... Com que devemos contar por ora? Apelo então para a educação popular. Ao mesmo tempo sinto-lhe a impotência, uma vez que a facção governista não cuida disso e o povo ou a iniciativa particular nada pode diante de tão imenso problema. Enfim, meu venerando camarada, fico no caos, não saio desse círculo vicioso [...]. Acho o golpe por demais profundo para toda essa gente incapaz de encarar a questão. Em torno de mim vejo ou ouço as maiores barbaridades contra o ideal anárquico, barbaridades pronunciadas por pessoas generosas, idealistas.<sup>19</sup>

A publicação dessa carta em nada fere o que já se conhecia sobre a autora. Pelo contrário, reverbera seus posicionamentos públicos e traz luz sobre o pensamento anarquista da época – e por que não? – de agora. A potência artística desse texto salta aos olhos e é incrivelmente contemporânea. É o que a autora define como “caos” e “círculo vicioso”, mesmo cem anos depois de sua escrita. Nesse tipo de carta, há uma espécie de ensaio para posteriores publicações: “podemos dizer que determinadas correspondências, especialmente aquelas mais “pensadas” e organizadas, funcionam como verdadeiros laboratórios de criação”. Isso faz o autor retomar o questionamento de Lajaune: a quem pertence uma carta? “Determinadas missivas adquiriram valor e função públicos, especialmente se levamos em consideração o conteúdo das mesmas que servem para compreendermos momentos e particularidades da nossa própria história cultural” (Rodrigues, 2015, p. 225).

Na terceira edição do projeto foi dramatizada a carta que Amazile Floripes enviou para Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na carta, escrita em 1932, após a inclusão do voto feminino no código eleitoral, Amazile sugere à feminista

---

19 Carta de Maria Lacerda Dias Moura para Fábio Luz, com considerações sobre o anarquismo durante o período em que este esteve preso. Barbacena, 18 de novembro de 1920. Fundo Fábio Luz – PN.0.0.151.

a inserção do divórcio no texto constitucional: sem ele, a liberdade da mulher continuaria “debaixo dos pés dos homens”.<sup>20</sup>

Um bilhete de 1975, de Otto Lara Resende para Mário Lago, foi a leitura da quarta edição. Nele, o amigo o incentiva a prosseguir no trabalho de registrar suas memórias.<sup>21</sup> Trata-se de uma das muitas correspondências pessoais do Fundo Mário Lago.

No penúltimo vídeo da série é dramatizada uma carta de 1957, de José Alberto Gueiros ao jornalista José Amádio, comunicando sua viagem aos Estados Unidos para assistir a uma explosão atômica.<sup>22</sup> Fecha o projeto a carta de Lúcia Velloso, lida por ela mesma, para irmã Heloísa, escrita durante sua prisão na Vila Militar no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1971:

Durante todo tempo em que estive reclusa, fiz das suas cartas – guardadas cópias em um arquivo pessoal – principal instrumento de diálogo e interação com o exterior. As primeiras missivas são remetidas sobretudo a familiares, numa procura por refazer laços, num tom de “acerto de contas”, como diria a própria Lúcia. A carta destinada à irmã mais velha Heloísa revela todo esse sentimento de revolta e não aceitação, mas também uma busca por reaproximação. Seus escritos são pequenos fragmentos de memória daquela geração, suas relações familiares e pessoais, suas referências políticas e culturais, entre outros aspectos. (Cartas..., 2018c)

Como se vê, essas cartas são plenas de emoção e sensibilidade, deixando antever o documento de arquivo como algo vivo e dramatizável. Por essa e outras razões, não entraremos no aspecto jurídico sobre os acervos privados, mas cabe destacar seu conteúdo e seu viés teatral. Uma carta pode reavivar sentimentos quando lida na época de sua escrita e quando relida/difundida posteriormente.

---

20 Trata-se, provavelmente, de pseudônimo, dado o conteúdo altamente irônico e jocoso da missiva: “Simples futura eleitora, como pela cartilha antiga, venho hipotecar-te meu voto feminino e o de meu segundo marido, que o primeiro morreu felizmente de desastre de automóvel [...]. Procure, pois, encaixar na Constituição o divórcio absoluto. Sem ele nós estamos é nadando em seco... Avante e com coragem. Tua velha admiradora”. Carta de Amazile Floripes para Bertha Lutz, 12 de novembro de 1932. Arquivo Nacional. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR\_RJANRIO\_QO\_ADM\_COR\_A932\_13.

21 “Como Dom Casmurro, você talvez esteja no momento de ligar as duas pontas da vida. É o estágio da memória. E que é a imaginação senão memória? Do ponto de vista literário, é fundamental, num país como o nosso, ampliar o patrimônio básico que se constitui das memórias”. Bilhete de Otto Lara Resende para Mário Lago incentivando-o a prosseguir no trabalho de registrar suas memórias. [Rio de Janeiro], 7 de julho de 1975. Arquivo Nacional. Fundo Mario Lago. BR\_RJANRIO\_ML\_O\_COR\_TXT\_006\_001.

22 “Estou às vésperas de assistir a uma explosão atômica. Serei, dentro em pouco, também uma testemunha da história. Dez, nove, oito, sete, seis, cinco, quatro, três, dois, um... e passarei ao rol exclusivíssimo das pessoas, que, vivas assistiram a uma experiência termonuclear. Tal rol não chega a ser 1% da humanidade”. Carta de José Alberto Gueiros ao jornalista José Amádio, onde comunica sua viagem aos EUA para assistir a uma explosão atômica. Arquivo Nacional. Fundo José Amádio. BR\_RJANRIO\_J9 caixa 2, dossiê 17.



## PROCESSO CRIATIVO

*Fantasia sem concretude é loucura, concretude sem fantasia é burocracia.*

Domenico de Masi

Por meio da dramatização de cartas, o projeto Cartas de Arquivo criou de maneira inédita um espaço de mediação cultural no Arquivo Nacional, um dos mais significativos em seus 180 anos – comemorados justamente com o lançamento desse projeto. Seu processo criativo sugeriu, dessa maneira, um diálogo entre o mundo do teatro e o do cinema tendo como base, para esse encontro, as cartas do acervo privado do Arquivo Nacional. Mas como se deu esse processo?

A direção de atores, marcação de cenas, figurino e maquiagem estavam a cargo da Definitiva Cia. de Teatro. A gravação em vídeo, fotografia, iluminação, áudio direto e edição final estavam sob responsabilidade da produtora VIA 78. A direção-geral do vídeo e definição de sets de filmagem eram divididas entre os dois grupos criativos. A idealização do projeto e sua produção-executiva foram realizadas pela Equipe de Produção Cultural.

Iniciada por meio de uma parceria entre a Coordenação de Documentos Escritos e a Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo, a definição da carta filmada e dramatizada e sua devida transcrição eram responsabilidades da Equipe de Pesquisa para Difusão do Acervo, da Equipe de Processamento Técnico de Documentos Privados<sup>23</sup> e também da produção-executiva do projeto. Por meio de reuniões e debates, buscavam-se cartas que tivessem maior potência cênica – aliada à importância histórica.

Não era um trabalho simples, muito pelo contrário, pois, como diz Rodrigo Neves, “a pesquisa em epistolografia demanda perseverante e reiterada escavação arquivística, levando-nos ao resgate constante do texto, que nunca é definitivo” (Neves, 2017, p. 1).

Um dos objetivos primeiros do projeto era a difusão de cartas do acervo que apresentassem em seu conteúdo um discurso emotivo, corroborando a ideia de que o mundo dos arquivos também está repleto de momentos de vida, beleza, sutileza e emoção, uma síntese de fantasia e concretude. Muito além da visão tradicional de que os documentos de arquivo são meramente cartoriais, historiográficos e probatórios.

Pode-se analisar, a partir desse projeto, que os arquivos podem ser vistos como espaços culturais e vivos – que podem ser rerepresentados com novos olhares e falas. Personagens históricos tomaram vida com essa proposta. Os documentos arquivísticos podem ser mediados pelas artes e serem vistos como retratos do vivido, não apenas registros frios do passado.

Para a plena consecução desse tipo de projeto, é necessária desde o início a integração de diferentes equipes, que compartilhem da ideia proposta e também garantam a ausência de barreiras típicas dos arquivos e do serviço público (burocracia, falta de entendimento sobre

---

<sup>23</sup> O projeto contou com a colaboração fundamental da servidora Mariza Ferreira de Sant Ana, arquivista e bibliotecária, lotada nesta equipe.

o projeto, resistências institucionais, falta de orçamento etc.) em direção à criatividade e à fruição artístico-cultural.

Como resultado, um produto final catalisador de experiências e uma mistura inusitada e criativa no Arquivo Nacional, fazendo jus às comemorações de seus 180 anos e servindo de inspiração para outros projetos futuros de mediação cultural, inclusive fora da instituição. O projeto inspirou iniciativas similares, além da enorme repercussão nas redes sociais:

O evento contou ainda com uma atração musical, a cargo do servidor Lucas Barroca, e uma apresentação teatral pelo servidor João Maurício dos Santos, que, *inspirado em Cartas de Arquivo do Arquivo Nacional*, dramatizou uma carta da servidora aposentada Iracema Pereira Pinto, datada de 11 de janeiro de 1988, também homenageada na ocasião. (Homenagem..., 2018)

No caso do arquivo de Taubaté a mediação cultural do projeto foi seguida nos mesmos moldes, com o uso de artistas fazendo a leitura dramatizada:

Inspirados no Projeto “Cartas de arquivo”, do Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico Municipal de Taubaté Felix Guisard Filho, pretende dar “voz” a esses documentos, com o lançamento do projeto “Vozes do Passado”, em parceria com a Oficina de Teatro do Centro Cultural Toninho Mendes, de Taubaté. Trata-se de uma leitura dramatizada, de documentos pertencentes ao arquivo. (Vozes..., 2018)

O projeto também foi bem avaliado e classificado na etapa estadual do Rio de Janeiro do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, instituído pelo Iphan em 1987, que “tem como objetivo o reconhecimento a ações de proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro e é uma homenagem ao primeiro dirigente da instituição” (Prêmio..., 2018). Nessa premiação do Iphan, obteve o seguinte parecer:

Na sequência foi avaliado o projeto Cartas de Arquivo. A jurada Aneide indicou o projeto para a próxima etapa e ressaltou que é um bonito trabalho, feito no Arquivo Nacional, com trabalho de cinema. Ressaltou que os acervos possuem múltiplas possibilidades de apropriações artísticas, pois história, teatro, cinema ampliam o acesso ao acervo. Considerou que essa característica alarga suas possibilidades para um público maior, sendo também muito pedagógico. Enfatizou que o trabalho democratiza a informação de arquivos públicos e possui elementos inovadores. Recomendou o projeto para a próxima etapa com entusiasmo. No mesmo sentido, a jurada Mana Elaine também apontou o caráter abrangente do projeto, incluindo uma parcela mais ampla da população. Considerou também que utiliza uma linguagem sedutora e recomendou o projeto para a próxima etapa. (Iphan, 2018)

Na etapa nacional, recebeu uma menção honrosa: “Foram indicados, ainda, os seguintes projetos para menção honrosa: Assis Horta: Retratos (MG); Cartas de Arquivo (RJ); e Painéis

de Formatura da Academia do Comércio de Santa Catarina (SC)” (Iphan, 2018). Por fim, cabe citar também que o projeto já foi referenciado em artigo acadêmico justamente por seu caráter inovador e transdisciplinar no campo arquivístico, de dar nova vida e significado a documentos de arquivo (Duarte, 2018, p. 4):

Seria possível que, uma vez recolhida determinada fonte, esta voltasse ao uso em fase corrente? A resposta afirmativa pode ser exemplificada pelo projeto “Cartas de Arquivo”, comemorativo dos 180 anos do Arquivo Nacional, em parceria com a Definitiva Companhia de Teatro e a Via 78, que promovem, uma vez por mês, “a leitura dramatizada de uma carta, visando difundir parte do acervo textual” [...]. Esta ação de educação patrimonial reaproxima o documento histórico da função para a qual foi criado.

Além da mediação cultural, é importante trazer à tona essa reflexão sobre o caráter educativo do projeto, com o intuito de formar novos públicos e sensibilizá-los para os arquivos e seus acervos. O aspecto inovador do projeto dentro da administração pública federal também foi reconhecido e o Cartas de Arquivo foi selecionado como um dos finalistas do 23º Concurso Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap),<sup>24</sup> na categoria “Inovação em serviços ou políticas públicas do Poder Executivo Federal”, cujos vencedores serão escolhidos em setembro de 2019.

O projeto também obteve acolhida internacional, tendo Gaspar Dominguez, documentalista de Santiago de Compostela (Espanha) ressaltado que “Este tipo de revisión oral del material de archivo también debería ayudar a redefinir y democratizar el discurso en el campo de la archivística. Esperamos con interés los próximos capítulos” (Cartas..., 2018a).

Sendo assim, pode-se dizer que o projeto superou seu intento inicial e já deixou sua marca na história da mediação cultural do Arquivo Nacional – sendo o único produto audiovisual lançado em 2018, ano que a instituição comemorou seus 180 anos.

Sua importância também se alinhava ao contexto da instituição na época, que vinha sofrendo cortes orçamentários e uma adaptação ao seu modelo de difusão do acervo, integrando estratégias de mediação cultural, voltando-se à publicação de livros em formato digital, ampliando a inserção em mídias sociais e o fortalecimento de suas ações educativas – visando uma consolidação da cultura arquivística e a formação de novos públicos:

O potencial cultural dos arquivos públicos brasileiros ainda precisa ser desenvolvido. Os arquivos públicos são vistos ainda apenas como uma instituição a serviço do Estado, cumprindo o dever de recolhimento de documentos. Mas o arquivo público é mais que isso, sendo um instrumento para o desenvolvimento do sujeito crítico, de compreensão do patrimônio, memória e história coletiva, trata-se de um espaço para a promoção de cida-

---

24 Ver: <<https://www.enap.gov.br/index.php/pt/noticias/23-concurso-inovacao-seleciona-iniciativas-finalistas-para-etapa-final-2>>.

dania e para a conscientização do que é democracia. É o ambiente da diversidade, visto que os atores sociais são diversos e todos detentores do mesmo direito de compartilhar e usufruir desse espaço e desse patrimônio cultural. (Venancio; Vaz, 2018, p. 25-26).

Isso tudo em um contexto político-social de restrições nas instituições públicas e de resistências internas ao projeto:

Entendemos que o momento político atual vivenciado pelo Brasil de desmonte e cortes nos orçamentos de instituições públicas e privadas de acervos é preocupante. Essa tendência que vivenciamos contrasta com a importância crescente que vêm ganhando os acervos pessoais no mundo, com a proliferação de arquivos, bem como com a urgência em propor reflexões e ferramentas teórico-metodológicas que deem conta das formas múltiplas que ganham os documentos considerados pessoais na era digital. Esse contexto paradoxal de aumento de importância global, contrastado com iniciativas locais de desmonte, concorre para conferir pertinência social ao debate sobre arquivos pessoais no Brasil hoje. (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 113)

No caso do Arquivo Nacional, o projeto Cartas de Arquivo consolidou novos modelos de mediação cultural, por meio da arte, da cultura, da educação patrimonial e da produção audiovisual, aliados à difusão do acervo privado da instituição – que guarda grandes possibilidades de pesquisa e que muitas vezes motiva críticas por estar em um arquivo público. É a própria defesa do interesse público e social dessa documentação, como recomenda o Conselho Nacional de Arquivos. Isso aumenta a visibilidade dos acervos e da instituição e pode, conseqüentemente, ampliar os recursos de preservação.

Assim, consolida-se também a noção dos arquivos como espaços de fruição cultural e de promoção da cidadania, abrindo seus acervos para todo tipo de cidadão – não apenas os pesquisadores acadêmicos, já habituados à escavação arquivística. Mas ao se deparar com uma leitura teatralizada, sem a necessidade de conhecimentos mais aprofundados de escrita e de investigação, qualquer pessoa pode se encantar com um documento de arquivo e perceber que ele faz parte daquele universo como receptor e também produtor, criando vínculos afetivos com o documento e a instituição.

As cartas de arquivo parecem possuir vocação para a mediação cultural, principalmente na correspondência – seu caráter dramático fica ainda mais acentuado nas leituras dramatizadas. Por fim, a potência cênica amalgama as funções literárias, históricas e arquivísticas do acervo privado do Arquivo Nacional, deixando registradas vozes do passado importantes para o Brasil. Por um lado, resta lamentar que o projeto tenha sido abortado sem ter realizado seu intento inicial de 12 vídeos; por outro, cabe comemorar sua realização durante os 180 anos da maior instituição arquivística do país. Mesmo com apenas seis edições, o projeto deixou sua marca no campo da mediação cultural em arquivos – área tão nova e com tanto ainda a se desbravar.

## Referências

- ACERVOS privados no AN. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, out. 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/748-acervos-privados-no-an-2.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- ALDABALDE, Taiguara Vilella. *Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *TransInformação*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 255-264, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n3/0103-3786-tinf-27-03-00255.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- ARQUIVO em Prosa é lançado pelo AN. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, out. 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/743-arquivo-em-prosa-e-lancado-pelo-an.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- BAUMANN, Eneida Santana. *O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- BRASIL. Portaria n. 820, de 29 de setembro de 2017. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 out. 2017. Seção 1, p. 42. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/10/2017&jornal=1&pagina=42&totalArquivos=80>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRASIL, Portaria n. 2.433, de 24 de outubro de 2011. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2011. Seção 1, p. 41. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=41&data=25/10/2011>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRASIL. Resolução n. 17, de 25 de julho de 2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jul. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/07/2003>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CAMPOS, José Francisco Guefí. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. *Arquivos privados: abordagens plurais*. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2016.
- CARTAS de Arquivo: revisão oral del material de archivo. *ScqLab*, Compostela, Espanha, jan. 2018. Disponível em: <<http://scqlab.info/cartas-de-arquivo/>>. Acesso em: 24 dez. 2018.
- CARTAS de Arquivo – 2ª edição. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, fev. 2018. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/930-cartas-de-arquivo-2-edicao.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CARTAS de Arquivo – confira a 6ª edição. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/component/content/article.html?id=1164>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CONHEÇA a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, jun. 2018. Disponível em: <<http://arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/1113-conheca-a-politica-de-aquisicao-de-acervos-privados-do-arquivo-nacional.html>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

CORDEIRO, Luciana Coutinho; DIAS, Débora de Almeida; HORTA, Nicole Marinho. Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, mar. 2018.

DESENHANDO arquivos. Semana Nacional de Arquivos, 2019. Disponível em: <[http://semanadearquivos.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&layout&id=968](http://semanadearquivos.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&layout&id=968)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

DIAS, Antonio Henrique Campello de Souza; FONTES, Leonardo Augusto Silva. Documentos privados em arquivos públicos: notas para uma discussão sobre o caso do Arquivo Nacional (Brasil). In: VELLOSO, Lucia M.; OLIVEIRA, Isabel C. B. de. (org.). *Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/30165814/Documentos\\_privados\\_em\\_arquivos\\_p%C3%BAblicos\\_notas\\_para\\_uma\\_discuss%C3%A3o\\_sobre\\_o\\_caso\\_do\\_Arquivo\\_Nacional\\_Brasil\\_](https://www.academia.edu/30165814/Documentos_privados_em_arquivos_p%C3%BAblicos_notas_para_uma_discuss%C3%A3o_sobre_o_caso_do_Arquivo_Nacional_Brasil_)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Resgatando a função social de documentos musicográficos: o retorno de fontes à fase corrente a partir das atividades de gestão do acervo musical da capela do Hospital Beneficente Portuguesa em Belém – Pará. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 28., 2018, Manaus. *Anais...* Manaus: ANPPOM, 2018.

EDUCAÇÃO em arquivos. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/educacao-em-arquivos.html>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ENTREVISTA com Diego Barbosa da Silva. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/397-coordenacao-de-acesso-e-difusao-documental.html>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor*. Lisboa: Vega, 1992.

GRAEBIN, Cleusa Maria; PENNA, Rejane Silva. Acervos privados: indivíduo, sociedade e história. *Sæculum - Revista de história*, João Pessoa, jul./dez. 2010.

HEYNEMANN, Claudia Beatriz. Arquivo Nacional: 170 anos. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 209-216, 2009.

HOMENAGEM a servidores marca comemorações dos 78 anos da SRT-PB. *Jusbrasil*, 2018. Disponível em: <<https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/575121304/homenagem-a-servidores-marca-comemoracoes-dos-78-anos-da-srt-pb>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Ata da reunião da comissão nacional de avaliação convidada para a seleção final das ações concorrentes ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 31ª edição/2018*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/AtaComissaoNacionalPRMFA2018.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

IUMATTI Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. *Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018.

KAUFMANN, Vincent. *L'équivoque épistolaire*. Paris: Éditions de Minuit, 1990.

KOHLRAUSCH, Regina. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si... *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 148-155, jan./jun. 2015.

LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MOLINA, Talita dos Santos. *Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAES, Marcos Antonio de (ed.). *Teresa* – Revista de literatura brasileira. São Paulo, n. 8/9, 2008.

NEVES, Rodrigo Jorge Ribeiro. Cartas d'alma: um intercâmbio cultural e afetivo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 68, 2017.

PONTES, Vanildo Pereira. A construção da memória através de um arquivo pessoal: o caso do arquivo do poeta Alberto de Moura. *Páginas a&b*, n. 3, 2015.

PRÊMIO Rodrigo Melo Franco de Andrade 2018 já conhece seus vencedores. Iphan, Brasília, ago. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4782/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade-2018-ja-conhece-seus-vencedores>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade!: arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

RODRIGUES, Leandro Garcia. Afinal, a quem pertence uma carta? *Letrônica*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 222-231, jan./jun. 2015.

VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das correspondências. *Teresa* – Revista de literatura brasileira. São Paulo, n. 8/9, 2008.

VENANCIO, Renato Pinto; VAZ, Gláucia Aparecida. Marketing, difusão, ação e mediação cultural em arquivos públicos. *RACIn*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 1-29, jan./jun. 2018.

VOZES do passado: carta de Manoel de Góis da Costa – 1700. *RádioTV Unitau*, Taubaté, jun. 2018. Disponível em: <<https://radiotv.unitau.br/2018/06/18/vozes-do-passado-carta-de-manoel-de-gois-da-costa-1700/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

---

Recebido em 31/12/2018

Aprovado em 17/6/2019